

MPF acusa mãe de Manga, de Sorocaba, de atuar como 'laranja'

Investigação revela que imóvel em Votorantim foi pago com dinheiro vivo

A denúncia protocolada pelo Ministério Público Federal (MPF) no último dia 5, como desdobramento da Operação Cópia e Cola, trouxe novos detalhes sobre a suposta participação de familiares do prefeito afastado de Sorocaba, Rodrigo Manga (Republicanos), em esquemas ilícitos. O foco central da acusação recai sobre a mãe do político, Zoraide Batista Magalhães, suspeita de atuar como "laranja" em uma operação imobiliária estruturada para lavar dinheiro oriundo de crimes contra a administração pública.

Segundo os investigadores, a manobra envolveu a compra de um imóvel em Votorantim com o uso de dinheiro em espécie, estratégia que teria como objetivo principal ocultar a real procedência de recursos financeiros ligados a atividades criminosas anteriores, como corrupção passiva e fraudes em licitações.

Dinâmica

O MPF detalha que o esquema funcionou por meio de um arranjo documental imediato. Em 16 de setembro de 2021, Zoraide adquiriu formalmente um apartamento de 56,65 m² no Residencial Mariana II, em Votorantim, pelo valor declarado de R\$ 55.500. A transação foi realizada junto à Construtora C.R. Abibe Ltda.

O que chamou a atenção



Rodrigo Manga, prefeito afastado: acusação contra a mãe envolve a aquisição de um imóvel

dos órgãos de fiscalização foi a rapidez da etapa seguinte: no mesmo dia da compra, Zoraide doou o imóvel para o filho, Rodrigo Manga, e para a nora, Sirlange Rodrigues Frate Magalhães.

Para o Ministério Público Federal, essa transferência não foi um evento casual, mas sim uma "ponte" planejada para conferir um aspecto legítimo ao patrimônio do casal, dissimulando que o bem teria sido adquirido, na verdade, com valores de origem duvidosa.

Incompatibilidade

Um dos pilares da acusação é o relatório da perícia contábil realizado pela Polícia Federal. Os peritos analisaram a capacidade financeira de Zoraide e encontraram uma discrepância significativa entre seus rendimentos e o montante utilizado na compra do apartamento.

O documento aponta que a mãe do prefeito afastado recebe benefícios da Fundação da Seguridade Social dos Funcionários do Município de Votorantim, com valores mensais que

variavam entre R\$ 1,3 mil e R\$ 1,5 mil. Além disso, os investigadores registraram que não constam declarações de ajuste anual junto à Receita Federal em nome dela.

Com base nesses dados, o Ministério Público Federal conclui que Zoraide não possuía recursos lícitos declarados suficientes para realizar o pagamento de R\$ 55.500 em dinheiro vivo, reforçando a tese de que ela foi utilizada para integrar valores ilícitos ao patrimônio da família.

Crimes correlatados

A denúncia sustenta que os três envolvidos — Rodrigo Manga, sua esposa Sirlange e sua mãe Zoraide — devem responder pelo crime de lavagem de dinheiro. O montante de R\$ 55.500 estaria conectado a uma série de delitos antecedentes citados na investigação, que incluem a frustração do caráter competitivo de licitações e contratações diretas ilegais.

Dessa forma, a acusação entende que a doação do imóvel foi o expediente final para "oficializar" o dinheiro no sistema financeiro, tentando apagar os rastros de práticas ilícitas cometidas na esfera pública. O caso agora segue sob análise da Justiça Federal.

O **Correio da Manhã** procurou a Prefeitura Municipal de Sorocaba mas, até a publicação da matéria, não obteve retorno.

Relembre a operação

Deflagrada em 2025, a Operação Cópia e Cola da PF desarticulou uma organização que desviava verbas da saúde em Sorocaba. A fraude envolvia uma Organização Social e crimes como lavagem de dinheiro, peculato e corrupção. Com 29 mandados de busca e R\$ 20 milhões em bens bloqueados, a ação revelou o uso de depósitos em espécie e imóveis para ocultar recursos ilícitos.

Jacareí atinge o menor índice de criminalidade em 2025

Divulgação/Prefeitura de Jacareí

Jacareí encerrou o ano de 2025 com os indicadores de criminalidade mais baixos de sua história, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. O levantamento aponta que o município registrou o menor volume total de ocorrências desde o início da série histórica, somando 3.213 casos que englobam desde furtos e roubos até crimes violentos. No que diz respeito aos homicídios, a cidade contabilizou 13 vítimas, número que se aproxima do recorde positivo de 2022, quando foram registradas 12 mortes.

Queda nos roubos

A redução mais expressiva ocorreu nos crimes contra o patrimônio. O roubo de veículos, por exemplo, caiu de 83 ocorrências em 2024 para 47 no ano passado. Já o total de roubos gerais recuou de 322 para 242 casos no mesmo



A redução mais expressiva foi nos crimes contra o patrimônio

período. De acordo com a administração municipal, os números coincidem com a modernização do sistema de monitoramento, que agora conta com cerca de 200 câmeras integradas ao programa estadual Muralha Paulista, além de maior articulação entre as polícias.

O secretário de Segurança e Defesa do Cidadão, Rafael Júlio, atribui os resultados ao foco em prevenção e ao uso de tecnologia. Para a gestão, a integração das forças de segurança foi determinante para consolidar a queda dos índices.

P. Barreto terá grupo para homem agressor

O Ministério Público de São Paulo (MP-SP) e a prefeitura de Pereira Barreto firmaram um acordo importante para combater a violência doméstica: a criação de grupos reflexivos para homens agressores. O termo, homologado no fim de janeiro, estabelece que a administração municipal tem 60 dias para colocar o serviço em funcionamento como uma política pública definitiva na cidade.

Reeducação

A ideia central é tratar a raiz do problema. O município deve oferecer equipes com psicólogos e assistentes sociais para realizar encontros semanais. Nesses grupos, os homens encaminhados pela Justiça ou que buscam ajuda voluntária passarão por um ciclo de ao menos oito atividades. O objetivo é promover o diálogo e

a conscientização, já que estudos mostram que esse tipo de acompanhamento reduz drasticamente as chances de o agressor repetir a violência contra a mulher.

Continuidade

Para garantir que o projeto não seja interrompido, o prefeito enviará à Câmara um projeto de lei criando oficialmente o Programa Municipal de Grupos Reflexivos. Além disso, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) acompanhará todas as etapas. O descumprimento dessas regras poderá gerar multas para a prefeitura. Com essa medida, Pereira Barreto cumpre o que prevê a Lei Maria da Penha, transformando a reeducação em uma ferramenta de prevenção e proteção para as famílias.